rbpae

DOI 10.21573/vol41n12025.140936

Interface entre o desempenho das universidades federais e o alcance das políticas públicas para o ensino superior: efetividade dos indicadores

Interface between the performance of federal universities and the scope of public policies for higher education: effectiveness of indicators

Interfaz entre el desempeño de las universidades federales y el alcance de las políticas públicas de educación superior: efectividad de los indicadores

LILIAN TADIM MARQUES[1]

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA FRANCISCO[2]

DIANA VAZ DE LIMA[3]

ROSIMAR DE FÁTIMA OLIVEIRA[4]

JOÃO ESTEVÃO BARBOSA NETO[5]

BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA[6]

1 Orcid:https://orcid.org/0000-0002-6857-759X. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pró-reitoria de Planejamento, Departamento de Contabilidade e Finanças, Belo Horizonte, MG, Brasil.

2 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1880-5304 . Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis e Controladoria Finanças; Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Belo Horizonte, MG, Brasil.

3 Orcid: http://orcid.org/0000-0002-4477-445X .Universidade de Brasília (UNB), Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública, Brasília, DF, Brasil.

4 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2212-4018. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.

5 Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5197-2166. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Contabilidade, Belo Horizonte, MG, Brasil.

6 Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5972-4175. Fundação João Pinheiro (FJP), Escola de Governo, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a relação dos indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU) e o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) fixado para o decênio de 2014 a 2024, no tocante ao nível superior de ensino no Brasil. A literatura aponta para a importância daqueles indicadores como ferramenta de avaliação. Sendo assim, foi realizada uma análise de conteúdo, na composição dos indicadores instituídos pelo TCU e dos indicadores do PNE voltados para o ensino superior. Constatou-se que os indicadores do TCU não têm relação com as metas para alcançar o PNE. Na oportunidade, este estudo propõe indicadores novos para as universidades públicas.

Palavras-chave: indicadores; instituições federais; ensino superior; desempenho.

Abstract: *The objective of this study was to analyze the relationship between the indicators of the Federal Audit Court (TCU) and the achievement of the goals of the National Education Plan (PNE) set for the period from 2014 to 2024, specifically in relation to higher education in Brazil. The literature emphasizes the importance of indicators as an evaluation tool; therefore, a content analysis was conducted on the composition of the indicators established by the TCU and the PNE indicators specifically designed for higher education. It was found that the TCU indicators are not related to the goals for achieving the PNE. On this occasion, the study proposes new indicators for public universities.*

Keywords: *indicators; federal institutions; University education; performance.*

Resumen: *El objetivo de este estudio fue analizar la relación entre los indicadores del Tribunal de Cuentas de la Federación (TCU) y el logro de las metas del Plan Nacional de Educación (PNE) fijadas para diez años, de 2014 a 2024, con relación a la educación superior en Brasil. La literatura señala la importancia de los indicadores como herramienta de evaluación, por lo que se realizó un análisis de contenido sobre la composición de los indicadores establecidos por el TCU y el PNE dirigidos a la educación superior. Se constató que los indicadores del TCU no están relacionados con las metas para el cumplimiento del PNE. En esta ocasión, el estudio propone nuevos indicadores para las universidades públicas.*

Palabras clave: *indicadores; instituciones federales; Educación universitaria; actuación.*

INTRODUÇÃO: PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O presente artigo se propõe a apresentar a relação entre os indicadores do Tribunal de Conta da União (TCU) com as políticas de financiamento da educação superior, especificamente a política pública de planejamento estabelecida no segundo Plano Nacional de Educação (PNE) e seus reflexos no desempenho das instituições federais de ensino superior (Ifes) no Brasil. A intenção é apontar o papel dos indicadores em demonstrar o alcance das políticas públicas, tendo como referência as metas do PNE para o ensino superior.[7]

Além da incumbência da oferta do ensino pelo Estado, a partir do objetivo de articular e impulsionar o acesso à educação em seus diversos níveis, a Constituição Brasileira (1988) também prevê, em seu artigo 214, a criação de uma proposta nacional,

7 Neste artigo, as expressões ensino superior e educação superior serão usadas indistintamente, embora reconheçamos que a forma utilizada na LDB e no PNE seja apenas Educação superior.

com duração de mais de um ano. Sua principal intenção é incorporar ações do poder público, ou seja, estimular a fixação de objetivos, na forma de lei, que promovam o desenvolvimento do ensino (Brasil, 2004, p. 53).

Planejado para dez anos, após longos debates e mobilizações, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado na forma da Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o que configurou o primeiro PNE relativo ao período de 2001 a 2010. O documento foi elaborado com base em três pilares: i) a educação como direito de todos; ii) a educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país; iii) a educação como instrumento de combate à pobreza e de inclusão social. No final de 2010, iniciou-se outro ciclo de formulação de um novo PNE. Sua tramitação e aprovação final demandaram três anos e meio, o que deu origem ao PNE atualmente em vigor pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, a vigorar até 2024.

Seguindo o plano legalmente constituído, o desempenho das instituições públicas de ensino deveria estar diretamente alinhado aos despachos efetivados na forma da política pública do PNE, pois o termo "política pública" pode ser definido como "o curso das decisões públicas, com o objetivo de manter o equilíbrio social" (Saravia; Ferrarezi, 2006, p. 28). Isso auxilia nas "inter-relações entre economia, sociedade, política e Estado" (Souza, 2006, p. 25).

O PNE estabeleceu diretrizes e metas para o avanço da educação nacional no sentido de garantir a continuidade das políticas educacionais em meio às trocas de governo. A intenção da formulação dessa política educacional foi atribuir o aspecto de plano de Estado ao invés de plano de governo e, mesmo promulgado na forma de lei, vem sendo ignorado desde suas primeiras versões (Libâneo *et al.*, 2003).

No Brasil, especificamente nas universidades federais (UF) nas últimas décadas, observou-se o crescimento do número dessas instituições, concomitante à preocupação com as políticas públicas de financiamento para manter o seu funcionamento. Percebe-se, então, a importância de se avaliar tanto as políticas de financiamento das universidades quanto as políticas de planejamento nacional para a educação superior, como forma de acompanhamento do alcance das metas e estratégias definidas no PNE.

Muito se discute sobre o papel dos indicadores como ferramentas de avaliação, fiscalização e controle para a medição de desempenho na gestão de instituições públicas. Para se avaliar a educação de nível superior, de grande valia são os indicadores de desempenho desenvolvidos pelo TCU, a partir de 2002, com obrigatoriedade de divulgação pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Visando acompanhar a gestão dos recursos destinados às instituições de ensino, o órgão de controle superior – no caso do Brasil, o TCU –, em consonância com as auditorias realizadas, criou os indicadores de gestão justamente para evidenciar a excelência na aplicação dos referidos recursos (TCU, 2002).

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a relação dos indicadores do TCU para com o alcance das metas do PNE, fixados para o decêncio de 2014-2024. Considerando a importância e a complexidade dos indicadores para demonstrar o desempenho das universidades federais públicas, bem como os reflexos na avaliação das políticas públicas para o cumprimento do planejamento voltado para o sistema nacional de educação, questiona-se: qual a relação dos indicadores do TCU com o alcance das metas do Plano Nacional de Educação no que tange às Ifes?

A importância da avaliação se configura como instrumento de gestão nas universidades, pois possibilita medir seus esforços, apontar sua qualidade e excelência, assim como ressaltar sua utilidade e relevância, servindo de suporte para implementar novos procedimentos e estratégias (Meyer Júnior, 1993). É oportuno ampliar ferramentas que permitam acompanhar ou melhorar as avaliações das políticas públicas implementadas em governos anteriores e divulgar o reflexo das escolhas públicas dos atuais governos no que diz respeito à educação de nível superior.

Este artigo contribui para a academia ao ampliar a revisão da literatura, uma vez que demonstra os norteadores que dizem respeito ao desempenho das instituições de ensino superior, além das análises mais profundas e consistentes, apropriadas da realidade social, para transparecer o alcance das políticas públicas. Ele ainda visa aprimorar os estudos sobre os indicadores atuais em relação ao PNE e em relação ao mercado, trazendo um diagnóstico que aponta, na área do ensino superior, onde é preciso reforçar as políticas de inclusão e como viabilizar o acesso à educação superior, promovendo mão de obra qualificada e redução do índice de desemprego.

Ademais, estudos sobre os fatores determinantes da formação da agenda pública demonstram os problemas enfrentados pelas universidades federais a serem apontados por meio de levantamento e análise dos indicadores como base nas argumentações e narrativas. É a partir dessa lacuna que o presente trabalho busca demonstrar o que a gestão de recursos escassos deixa descoberto e o que os atuais indicadores desenvolvidos não demonstram.

INDICADORES DE DESEMPENHO PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Determinados pela Decisão Plenária do TCU n. 408, de 2002, os indicadores de desempenho foram desenvolvidos para avaliar as Ifes no Brasil. O TCU, nesse documento, determinou que a partir do exercício de 2002 as Ifes informassem nos seus Relatórios de Gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitassem a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

O referido documento de Decisão n. 408/2002 passou a conter, então, informações sobre as origens, a forma de apuração e as finalidades dos indicadores de desempenho e, ainda, a determinação de um grupo de contato formado por representantes do TCU, da Sesu e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) para orientar a implementação dos indicadores e definir os planos de ação para aprimorá-los (TCU, 2002). Assim, com o propósito de contribuir para o aprimoramento da gestão das Ifes, foram desenvolvidos nove indicadores de desempenho, de acordo com resolução do TCU em 2002: custo corrente/aluno; aluno/professor; aluno/funcionário; funcionário/professor; grau de participação estudantil (GPE); grau de envolvimento com pós-graduação (GEPG); conceito Capes; índice de qualificação do corpo docente (IQCD); taxa de sucesso na graduação (TSG) (TCU, 2002, p. 3).

O relatório resultante da auditoria instituído pelo TCU com o objetivo de reavaliação dos indicadores constantes na Decisão 408/2002 e no Acórdão 1.043/2006 considerou que: "a) há possibilidade de aprimoramento dos indicadores de gestão constantes na Decisão 408/2002; e b) há a possibilidade de simplificação no processo de aferição dos indicadores" (TCU, 2020, p. 6).

Tendo em vista essa constatação, o TCU, como ação frente à auditoria realizada, determinou que a Sesu/MEC elaborasse um plano com vistas a considerar as seguintes atividades: i) desenvolvimento de estudos técnicos sobre alterações de alguns dos indicadores anteriores; ii) desenvolvimento de estudos técnicos sobre as métricas e metodologias de novos indicadores que demonstrem o desempenho das áreas prioritárias das referidas instituições de ensino superior; e iii) desenvolvimento de estratégias de obtenção, organização e tratamento de dados necessários para alimentar os próximos indicadores a serem instituídos (TCU, 2020, p. 40).

A presente pesquisa vem de encontro às movimentações para a alteração dos indicadores de desempenho das universidades federais em andamento nos processos tramitados entre TCU e Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação) (TCU, 2022). Dessa forma, como era esperado pelo TCU que os índices de gestão também pudessem ajudar na autoavaliação institucional, este estudo ressalta uma lacuna e a importância de analisar a situação escolar em termos de cumprimento das políticas públicas implementadas, dando destaque e visibilidade a um plano de educação que deve ser cumprido por ter sido instituído na forma de lei.

PNE (2014-2024): METAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR

No final de 2010, ano em que se encerrava o PNE (2001-2010), foram iniciados os trâmites para a elaboração do plano seguinte (2011-2020). Porém, mesmo na condição de sequência do anterior, foram transcorridos três anos para a aprovação do segundo PNE, resultante da participação da sociedade através de várias etapas da Conae. Um novo plano, com estrutura ajustada e resumida, foi aprovado na forma da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que se tornou o segundo PNE e está vigente até a presente data deste estudo. Como sua aprovação só ocorreu em 2014, ficou denominado como PNE (2014-2024) (Aranda, Rodrigues, Militão, 2020).

O que ocorreu de diferencial em comparação com o PNE anterior foi a determinação de que seu monitoramento ocorreria a cada dois anos, ao longo de sua vigência, através de estudos realizados pelo Inep a ser publicado em âmbito nacional. Assim, o Inep publicou o trabalho conjunto com o MEC através da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), conhecido como "Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base". Este documento apresenta de forma sintetizada todas as metas do PNE, segundo a classificação conforme suas diretrizes. Para cada meta, ao final do documento, são apresentados os indicadores e as suas fórmulas de cálculos, projetados para compor a série histórica de acompanhamento do PNE. O referido documento também classifica as metas em quatro grupos de atuação, sendo um deles as "Metas referentes ao ensino superior: meta 12, meta 13 e meta 14", que estão apresentadas e descritas na Figura 1 a seguir (Inep, 2015).

Figura 1 - Metas no PNE (2014-2024) para o Ensino Superior

META 12
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%; Elevar a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; Assegurar a qualidade da oferta; Expandir para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
META 13
Elevar a qualidade da educação superior; Ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%; Especificamente de no mínimo 35% de doutores.
META 14
Elevar o número de matrícula na pós-graduação; Atingir titulação anual de 60.000 mestres; Atingir a titulação anual de 25.000 doutores.

Fonte: Adaptado de Inep (2015).

As metas referentes à educação superior estão voltadas para a ampliação das vagas nas instituições de nível superior de ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação. O compromisso estabelecido na Meta 12 está voltado para o aumento das vagas da graduação e tem como premissa quatro objetivos específicos.

A intenção da Meta 13 é melhorar a qualidade do ensino superior através da qualificação do corpo docente, visando incentivar a titulação de mestres e doutores para os professores que atuam nas instituições. Para alcançar a Meta 13, foram definidos três principais objetivos na intenção de garantir seu êxito.

No que diz respeito à Meta 14, seu intuito está voltado também para a pós-graduação no sentido de impulsionar o crescimento das vagas, que já foi bastante significativo ao final do primeiro PNE (Inep, 2022). Para prosseguir com esse aumento, projetou-se para esta meta três objetivos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO: INDICADORES DO PNE (2014-2024) *VERSUS* INDICADORES DO TCU

A ideia central de aplicação da análise de conteúdo foi atender ao objetivo da pesquisa – analisar se os indicadores de gestão do TCU apontam para o alcance das metas do PNE no que diz respeito ao ensino superior.

As universidades federais, baseadas em seu tripé de atuação – ensino, pesquisa e extensão –, exercem o papel de contribuir para o desenvolvimento do país e a diminuição dessas desigualdades, necessitando, assim, de indicadores que permitam avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no PNE, servindo como base de avaliação das políticas públicas, objetivando seu controle, alterações e até mesmo retornar a agenda do governo.

Diante desta visão, foi realizada, por parte do TCU, uma análise do conteúdo do *corpus* identificado sobre a orientação para o cálculo de índices. Foram elaborados indicadores de desempenho específicos para as universidades federais, comparado com os indicadores propostos pelo Inep para as metas do PNE (2014-2024). Assim, a análise de conteúdo foi realizada seguindo a visão de Bardin (2011), que prevê três fases para esse tipo de análise: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados.

A fase de pré-análise foi realizada no desenvolver da pesquisa a partir do contato com o referencial teórico. Sendo assim, foram identificados os documentos que se referem exclusivamente às orientações para o cálculo de dois indicadores: i) TCU (2002) – documento em formato PDF, disponibilizado na internet intitulado *Orientação para o cálculo dos indicadores de gestão, Decisão TCU n. 408/2002* –

Plenário; e ii) Inep (2015) – documento em formato PDF, disponibilizado na internet intitulado *Plano Nacional de Educação 2014-2024 Linha de Base – Fichas técnicas dos indicadores da linha de base das metas do PNE*.

Posteriormente, na segunda fase, foi escolhida a categorização, ou seja, a classe dos grupos de elementos a serem levantados sobre os indicadores. A categoria foi definida como "nome do indicador" e a subcategoria foi definida como "elementos da fórmula do indicador".

A Figura 2 apresenta o nome dos indicadores do PNE (2014-2024) para o ensino superior, sua fórmula de operacionalização e seus respectivos elementos:

Figura 2 - Indicadores do PNE e fórmulas de operacionalização

Nome do indicador PNE Ensino Superior		Operacionalização Fórmula do indicador	Fonte
Meta 12	Taxa bruta de matrículas na educação superior (12A)	população que frequenta cursos de graduação x 100	Inep (2015)
		população de 18 a 24 anos	
	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior (12B)	população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a graduação x 100	
		população de 18 a 24 anos	
	Percentual da expansão de matrícula no segmento público (12C)	variação das matrículas públicas em cursos de graduação [t]	
		variação total das matrículas de graduação [t]	
Nome do indicador PNE ensino superior		**Operacionalização fórmula do indicador**	**Fonte**
Meta 13	Percentual de docentes com mestrado e doutorado (13A)	nº de docentes com mestrado e doutorado na educação superior	Inep (2015)
		nº total de docentes na educação superior	
	Percentual de docentes com doutorado na educação superior (13B)	nº de docentes com doutorado na educação superior	
		nº total de docentes na educação superior	
Nome do indicador PNE ensino superior		**Operacionalização fórmula do indicador**	**Fonte**
Meta 14	Número de títulos de mestrado concedido por ano (14A)	nº total de títulos em nível mestrado	Inep (2015)
	Número de títulos de doutorado concedidos por ano (14B)	nº total de títulos em nível doutorado	

Fonte: Inep (2015).

Os indicadores do PNE foram elaborados para um levantamento em nível nacional do ensino superior. Assim, o indicador 12A da Meta 12 tem como apontamento a "Taxa bruta de matrícula da educação superior", representada pela razão dos elementos "população que frequenta a graduação" e "população de 18 a 24 anos", multiplicado por 100, para expressar um percentual.

Para a população de 18 a 24 anos, faixa etária considerada apta para estar no ensino superior, o manual que apresenta a metodologia de cálculo aponta como base para esses dados os resultados do Censo Demográfico (Censo) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisas de natureza domiciliar. Em relação a quem frequenta a graduação, é utilizado o Censo da Educação Superior, divulgado no portal do MEC, sendo que para o indicador 12B, "Taxa líquida de escolarização ajustada", é adicionado quem já concluiu a graduação na idade prevista, para assim considerar também a população que acessou o ensino superior na idade prevista e já se formou (Inep, 2015).

O Censo do Ensino Superior, realizado anualmente pelo MEC, divulga dados inseridos por todas as instituições de ensino superior do Brasil, correspondendo às matrículas nos sistemas de ensino de nível superior. Com o foco na análise do crescimento de vagas nas instituições públicas de ensino, o indicador 12-C, "Percentual da expansão de matrículas no segmento público", expressa o percentual de matrículas da educação superior nas instituições públicas em relação ao crescimento total de matrículas no país.

No que diz respeito aos dados sobre a pós-graduação, esses são resgatados a partir da divulgação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Capes divulga as matrículas da pós-graduação e as quantidades de títulos de mestres e doutores que são emitidos anualmente.

A Figura 3 traz os indicadores de gestão e desempenho determinados pelo TCU para as universidades federais, bem como suas fórmulas e os respectivos elementos que a compõem, conforme a metodologia para seu cálculo.

Figura 3 - Indicadores do TCU e fórmulas de operacionalização

Nome do indicador do TCU		Operacionalização	Fonte
Indicadores de Gestão para Universidades	Custo corrente com HU / aluno equivalente Custo corrente sem HU / aluno equivalente	Custo corrente com HU (1A) AGE (2.3) + APGTI (2.4) + ARTI (2.4) Custo corrente sem HU (1B) AGE (2.3) + APGTI (2.4) + ARTI (2.4)	TCU (2006)
	Aluno em tempo integral / professor equivalente	AGTI (2.2) + APGTI (2.4) + ARTI (2.4) Nº de professores (3)	TCU (2006)
	Aluno em tempo integral / funcionário equivalente com HU Aluno em tempo integral / funcionário equivalente sem HU	AGTI (2.2) + APGTI (2.4) + ARTI (2.4) Nº de funcionários equivalente com HU (4A) AGTI (2.2) + APGTI (2.4) + ARTI (2.4) Nº de funcionários equivalente sem HU (4B)	TCU (2006)
	Funcionário equivalente com HU / professor equivalente	Nº de funcionários equivalente com HU (4A) Nº de professores equivalente (3)	TCU (2006)
	Funcionário equivalente sem HU / professor equivalente	Nº de funcionários equivalente sem HU (4B) Nº de professores equivalente (3)	
	Grau de participação estudantil (GPE)	AGTI (2.2) AG (2.1)	TCU (2006)
	Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	APG (2.1) AG + APG (2.1)	TCU (2006)
	Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	Σ conceito de todos os cursos de pós-grad. Número de cursos de pós-grad.	TCU (2006)
	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	(5D+3M+2E+G) (D+M+E+G)	TCU (2006)
	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	Nº de diplomados (NDI) Nº total de alunos ingressantes (7)	TCU (2006)

Fonte: TCU (2006).

Os indicadores do TCU foram elaborados na intenção de levantar aspectos relevantes de gestão e desempenho das instituições federais de ensino superior. Alguns de seus elementos possuem cálculos pré-definidos.

Como resultado da análise de conteúdo, constatamos que na "categoria indicador" apenas o indicador Índice de Qualificação do Corpo Docente do TCU tem proximidade com o indicador 13-A do PNE, que representa o "percentual de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado". A semelhança é que ambos usam, na fórmula de cálculo, o número de docentes com mestrado e doutorado

no numerador e total de docentes no denominador. Porém, para este indicador, o TCU estabeleceu pesos e levou em consideração também os professores com nível de aperfeiçoamento e os professores somente com graduação.

Na intenção de retratar a realidade do ambiente acadêmico, os indicadores do TCU possuem cálculos primários que preveem uma metodologia específica para seu levantamento. Sendo assim, foi necessário fazer o detalhamento dos elementos que compõem todos os indicadores.

ANÁLISE APROFUNDADA DOS ELEMENTOS DOS INDICADORES

Para realizar uma comparação entre os elementos dos indicadores do PNE e indicadores do TCU, foi realizada a mesma separação definindo como subcategoria os elementos de cada fórmula. As siglas e suas denominações estão descritas de acordo com o Decreto n. 408/2002 do TCU e a Lei n. 13.005/2014 (PNE), conforme a Figura 4.

Figura 4 - Indicadores do PNE e indicadores do TCU: elementos da fórmula

Elementos da fórmula Indicador PNE	Elementos da fórmula Indicador TCU
população de 18 a 24 anos	custo corrente sem HU
população que frequenta a graduação	custo corrente com HU
população que frequenta a graduação de 18 a 24 anos	AGE - aluno equivalente de graduação
população que já concluiu a graduação de 18 a 24 anos	APGTI - número de alunos por tempo integral na pós-graduação
variação matrículas públicas em cursos de graduação	ARTI - número de alunos de residência médica
variação total nas matrículas de graduação	AGTI - número de alunos da graduação em tempo integral
número de docentes com mestrado ou doutorado na ES	ATI - número de alunos em tempo integral
número total de docentes no ES	número de professores equivalentes
número de docentes com doutorado na ES	número de funcionários equivalentes sem HU
número total de docentes na ES	número de funcionários equivalentes com HU
número total de titulados em nível de mestrado	AG - total de alunos efetivamente matriculados na graduação
número total de titulados em nível de doutorado	APG - total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*
	somatório do conceito de todos os cursos de pós-graduação

Figura 4 - Indicadores do PNE e indicadores do TCU: elementos da fórmula

Elementos da fórmula Indicador PNE	Elementos da fórmula Indicador TCU
	número de cursos de pós-graduação
	fator de retenção
	D - Docentes Doutores (peso 5)
	M - Docentes Mestres (peso 3)
	E - Docentes com Especialização (peso 2)
	G - Docentes com Graduação (peso 1)
	NDI - número de diplomados no ano atual
	número total de alunos ingressantes

Fonte: Elaboração própria com base na Lei n. 13.005/2014 (PNE) e Decreto n. 408/2002 (TCU).

Ao ser analisada a subcategoria "elemento da fórmula", foram identificadas semelhanças apenas em dois elementos. Nos indicadores do PNE, o elemento "população que frequenta a graduação" equivale ao elemento "total de alunos regularmente matriculados na graduação" do TCU, ou seja, para frequentar um curso de graduação, o cidadão precisa estar regularmente matriculado na graduação. Este elemento se refere às pessoas de qualquer idade no ensino superior em ambos os indicadores.

Também foi identificada uma semelhança no elemento "número total de docentes no ES" na fórmula do indicador do PNE e "número de professores equivalentes" na fórmula do indicador do TCU. Ambos se referem aos professores representando o corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, conforme orientações do TCU e do Inep. Ressalta-se que foi identificada a orientação da não inclusão de professores afastados por qualquer motivo no cálculo dos indicadores a que pertencem.

Essa análise permite concluir que os indicadores do TCU são bem diferentes dos indicadores desenvolvidos para acompanhar as metas do PNE. Até mesmo porque os indicadores do TCU foram implementados nos anos iniciais do primeiro PNE, quando ainda não havia um acompanhamento efetivo das metas do PNE e os cálculos dos indicadores do TCU apresentavam uma metodologia mais ampliada e detalhada, tentando retratar a realidade das universidades. Haja vista que o PNE é composto por metas e estratégias, os indicadores atuais formulados estão voltados para os objetivos das metas, mas várias estratégias são passíveis de indicadores que ainda não são apresentados por nota técnica pelo Inep. Esse fato nos permitiu realizar uma segunda análise em função das estratégias que constam no PNE.

Assim, foi analisado também se os indicadores do TCU apresentam alguma proximidade com as estratégias traçadas para o alcance das metas do PNE. A Figura 5 demonstra a correlação dos indicadores do TCU com as estratégias e metas do PNE atual para o ensino superior.

Figura 5 - Relação das estratégias do PNE (2014-2024) *versus* indicadores do TCU

PNE (2014-2024) Meta 12	Indicador TCU
Estratégia 12.3	Taxa de Sucesso na Graduação
	Aluno em tempo integral / professor equivalente
Estratégia 12.5	Taxa de Sucesso na Graduação
Estratégia 12.9	Aluno em tempo integral / Professor Equivalente
PNE (2014-2024) Meta 13	**Indicador TCU**
Estratégia 13.3	Indice de qualificação do Corpo Docente
Estratégia 13.5	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação
Estratégia 13.8	GTaxa de Sucesso na Graduação
PNE (2014-2024) Meta 14	**Indicador TCU**
Estratégia 14.4	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação
Estratégia 14.6	
Estratégia 14.12	

Fonte: Elaboração própria com base na Lei n. 13.005/2014 (PNE) e Decreto n. 408/2002 (TCU).

Para alcançar os objetivos da Meta 12, cujo foco é a expansão das matrículas no ensino superior, suas estratégias foram elaboradas como planejamentos para possibilitar tal expansão. Sendo assim, analisando os indicadores do TCU com o que consta na descrição das estratégias, percebeu-se relação com expansão das matrículas para os seguintes indicadores: "Taxa de Sucesso na Graduação", relação com a estratégia 12.3, que tem pretensão de elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação, aumentar as vagas em cursos noturnos, bem como desenvolver competências dos alunos no nível superior. Ainda sobre a estratégia 12.3 que prevê também elevar a relação estudante por professor, esta apresenta proximidade com o indicador do TCU "Aluno em tempo integral/professor equivalente", pois, apesar de o indicador do TCU apresentar um elemento com metodologia de cálculo específica – "Aluno Tempo Integral" –, a função de representação é a mesma conforme descrição de Melônio e Lucas (2019): "esse indicador representa proporcionalmente a quantidade de alunos que está sob a tutela acadêmica de um professor".

Outra estratégia da Meta 12 em que foi identificada a relação com um indicador do TCU foi a 12.5, que tem relação com a elevação também do índice "Taxa de Sucesso na Graduação", pois sua proposta é promover políticas de assistência estudantil, garantindo a permanência dos estudantes nas universidades. Como a própria estratégia descreve, são formas de apoiar o sucesso acadêmico e, assim, ampliar o número de diplomados.

Nesse contexto de ampliação de alunos, a estratégia 12.9 também busca o aumento do número de alunos, com foco na redução das desigualdades, em meio a ações participativas que promovam o acesso das minorias no processo de entrada na educação superior. Assim também se identifica a proximidade dessa estratégia com o indicador "Aluno em tempo integral/professor equivalente" pela intenção de aumento do número de alunos. Para Nuintin (2014), segundo suas análises sobre o nível de eficiência das universidades federais, os indicadores do TCU "Taxa de Sucesso na Graduação" e "Aluno em tempo integral/professor equivalente" são variáveis significativas e de peso para o alcance da eficiência para estas instituições.

A meta 13 do PNE é voltada para a qualificação do corpo docente que atua no ensino superior. Nesse sentido, a estratégia 13.3 da referida meta busca estimular o processo de autoavaliação das instituições de educação superior na tentativa de identificar as áreas que necessitam ampliar a qualificação dos professores. Assim, identifica-se a proximidade do indicador "Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)" com esta estratégia, cuja fórmula atribui peso maior ao nível de doutorado e mestrado. Desse modo, o aumento do índice, que é calculado na proporção de todo o corpo docente da instituição, apresenta como consequência o aumento da qualificação dos professores. Apesar de a estratégia 13.3 buscar uma melhor qualificação do corpo docente, na visão de Nuintin (2014) trata-se de um fator que eleva a qualidade dos cursos de graduação. Por outro lado, Cohen et al. (2018, p. 145) apresentam análises que apontam este mesmo indicador como um dos motivos de ineficiência em algumas Ifes, do ponto de vista de que "um excesso de IQCD indica que existem universidades com muitos professores qualificados e que não estão sendo aproveitada completamente suas capacidades acadêmicas".

A estratégia 13.5 prevê que o direcionamento das pesquisas aos programas de pós-graduação das instituições pode aumentar o padrão de qualidade das universidades. Sendo assim, considera-se a proximidade dessa estratégia com o indicador "Grau de Envolvimento Discente com a Pós- Graduação", pois este representa a relação do número de estudantes da pós-graduação em relação ao total de estudantes geral (graduação + pós-graduação). Logo, aumentar as pesquisas institucionalizadas nos programas de pós-graduação estimula a participação dos alunos nesses programas nas instituições.

Outra estratégia da Meta 13 que pode ser atrelada a um indicador é a 13.8. Ela visa elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação. Esta medida pode ser observada pelo indicador "Taxa de Sucesso na Graduação". Infere-se que esta seria uma consequência da qualificação do corpo docente, que é o principal objetivo da Meta 13 do PNE. Assim, aumentando a taxa de conclusão, aumenta-se também o número de estudantes aptos a ingressar nos programas de pós-graduação, dando continuidade a pesquisas ou realizando novas pesquisas através do incentivo buscado também na estratégia 13.5 descrita anteriormente. Melônio e Lucas (2019) identificaram que universidades apontadas como ineficientes apresentaram baixos índices da "Taxa de Sucesso na Graduação".

A Meta 14 do PNE tem como um dos principais objetivos elevar o número de matrículas da pós-graduação. Logo, as estratégias diretamente voltadas para atender esse objetivo são: 14.4, buscar expandir a oferta de cursos, incluindo metodologias do ensino a distância; 14.6, ampliar a oferta de programas de pós-graduação, principalmente nos *campi* de interior, e também ofertando programa de doutorado; e 14.12, que prevê investimento para ampliação do número de doutores, independentemente da atuação como docente, como meta para quatro doutores a cada mil habitantes. Nesse contexto, o indicador do TCU que melhor representa o aumento do número de alunos na pós-graduação é o "Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação". Ao se ampliar o acesso à pós-graduação conforme as estratégias apontadas, seus reflexos poderão ser observados também no referido indicador do TCU.

Corroborando o entendimento de Bardin (2011) a partir dos dados brutos levantados, o pesquisador faz uso da inferência como forma de orientação para diversos pólos de atenção que representam a proximidade entre as comunicações. Assim, a respeito dos indicadores, foi analisado o que seus enunciados apresentavam de elementos, conceitos e definições que continham semelhanças nas proposições de medições.

Quando se ampliou a análise da descrição das estratégias do PNE, apenas quatro indicadores do TCU apresentaram proximidades para medição das 45 estratégias que envolvem as três metas do PNE (metas 12, 13 e 14) para o ensino superior. Analisando a proporção direta de representação do alcance das metas do PNE, os indicadores têm o potencial de apontar 20% das estratégias para o ensino superior.

PROPOSIÇÃO DE UM INDICADOR DO PNE PARA AS IFES

Apontar eficiência e desempenho: este é o principal papel dos indicadores. Na visão de Ferradaes (2019), os indicadores têm sido a forma de medição das atividades resultantes da administração pública. É através de um indicador que se levantam os resultados das atividades de um processo produtivo, através da expressão de contagem ou medidas demonstradas por meio de números. A partir da definição dos objetivos estratégicos das políticas públicas e a sua conexão com as metas pretendidas, é de grande utilidade fazer uso de indicadores adequados para medir o progresso das ações resultantes de tais políticas.

Tendo em vista os resultados desta pesquisa, apresentam-se sugestões de aprimoramento na medição das atividades que apontam para o desempenho das instituições de ensino superior públicas (por meio do TCU) e para o acompanhamento do alcance do PNE (por meio do Inep).

As propostas apresentadas têm a intenção de aprimorar as análises realizadas tanto no nível de auditorias efetuadas pelo TCU, quanto em relação à avaliação das políticas públicas em andamento ou implementadas que refletem no alcance do PNE. A pretensão com o levantamento dessas informações, além do alcance da agenda do governo, é servir de base para decisões internas dos gestores das universidades e melhor transparência na prestação de contas para a sociedade.

São oportunas tais propostas, tendo em vista as articulações tramitadas em processo pelo TCU para modificação dos indicadores das Ifes e o término do prazo de abrangência decenal do PNE prevista para 2024, com vistas a fazer parte do aprimoramento do próximo plano. Também visa alcançar as alterações no relatório de prestação de contas das universidades federais que introduziram o chamado "relatório integrado" numa visão mais dinâmica e de fácil interpretação dos resultados alcançados pelas Ifes divulgados anualmente.

A intenção é contribuir para o aprimoramento dos índices desenvolvidos pelo TCU, no sentido de ampliar as análises e o acompanhamento dos resultados das instituições federais de ensino superior, ressaltando a importância do foco no alcance do plano de educação instituído por lei, na qualidade do ensino e demonstrando outras dimensões que devem ser consideradas para além do foco na gestão.

A partir do levantamento realizado em nível nacional como um todo, apresentado nos relatórios bienais divulgados pelo Inep, observa-se a decomposição através de resultados por regiões do Brasil e por categoria administrativa em rede de ensino pública e privada. Tendo isso em vista, a proposta é ampliar mais ainda no que se refere ao desempenho do setor público e apontar os resultados específicos das instituições em cada segmento público. Assim, a sugestão é incluir como indicador do setor público a projeção em números reais do objetivo de alcance do PNE para

vagas na graduação e pós-graduação. Isto representa respostas às seguintes questões: a meta 12 do PNE menciona a "taxa bruta, taxa líquida e 40% de novas matrículas". Em números reais, o que isso representa para o setor público? Qual a meta em números reais de matrículas a ser alcançada por cada segmento do setor público?

Como resposta, seria necessário o apontamento conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6 - Projeção em números reais da meta 12 do PNE para redes públicas

Categoria Público	**Meta PNE até ano XX**		
Dependência	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal
Matrículas	**Meta PNE até ano XX**	**Meta PNE até ano XX**	**Meta PNE até ano XX**

Fonte: Elaboração própria.

Pensando no novo PNE, é de suma importância e oportuna a reavaliação das metas no contexto de crise política e financeira em que o Brasil se encontra. Também é oportuna a projeção em números reais frente aos dados que o novo Censo Populacional, finalizado em 2023, reuniu sobre a população atual do país. Nesse contexto, apresentam-se as seguintes propostas de indicadores:

1ª proposta: a partir da projeção de cada dependência do setor público, implantar o indicador "Contribuição para alcance do PNE" em nível de dependência do setor público: federal, estadual e municipal, conforme Equação 1 a seguir:

$$\frac{Nº\ de\ matrículas\ na\ graduação\ da\ Rede\ Pública\ X_{i}\ no\ Ano_{j}\ x\ 100}{Meta\ total\ de\ matrículas\ Rede\ Pública\ X\ i\ para\ o\ Ano_{j}} \qquad (1)$$

Onde:

Numerador = número de matrículas na graduação da rede que se estiver medindo, podendo ser: rede federal, estadual ou municipal, no ano de referência;
Denominador = projeção da meta total de matrículas para a rede pública que se pretende medir de acordo com as diretrizes do PNE para o ano final de sua abrangência.
Resultado = percentual de contribuição em relação à meta do PNE.

2ª proposta: indicador "Contribuição da instituição", especificamente para a rede federal, tanto para o acompanhamento das auditorias quanto a apresentação no relatório de prestação de contas de cada Ifes, conforme Equação 2 a seguir:

$$\frac{\textit{Nº de matrículas na graduação da IES}_{i}\textit{ no Ano}_{j} \quad x\,100}{\textit{Meta total de matrículas na rede a que pertence a IES até Ano}_{j}} \qquad (2)$$

Onde:

Numerador = número de matrículas na graduação da Instituição de Ensino Superior (IES) que se estiver medindo no ano de referência;
Denominador = projeção da meta total de matrículas para o segmento público a que pertence a IES, de acordo com as diretrizes do PNE para o ano final de sua abrangência.
Resultado = percentual de contribuição em relação à meta do PNE.

É possível também aplicar a mesma projeção e equações voltadas para a pós-graduação. Nesse sentido, deve-se inserir no rol dos indicadores do TCU, a exigibilidade de apontamentos sobre o PNE. Dada a sua relevância como política pública educacional, poderiam ser incluídos os indicadores propostos neste estudo no nível do segmento público específico, projetados tanto para graduação e pós-graduação.

A análise da série histórica dos indicadores propostos possibilitaria o acompanhamento do alcance das metas do PNE no que se refere à expansão das matrículas públicas e à qualidade do ensino, mesmo que demonstrassem pequenos percentuais de representatividade. Assim, os gestores poderiam apontar em seus relatórios de prestação de contas anuais os reflexos dos investimentos nas instituições ou as dificuldades para promover a ampliação das vagas e cursos de acordo com as diretrizes evidenciadas no PNE. Até mesmo, poderiam ser feitas comparações da performance dos indicadores atuais com o alcance das metas estabelecidas e demonstradas pelos indicadores propostos sobre o PNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar a relação dos indicadores de desempenho desenvolvidos pelo TCU para as universidades federais, no sentido de acompanhar a relação do desempenho dessas instituições com o alcance das metas estabelecidas no PNE.

A literatura utilizada nesta pesquisa aponta para a importância dos indicadores em vários momentos como medida de controle, transparência e monitoramento na gestão pública. São os indicadores que abrem as janelas de oportunidades para a construção de políticas públicas, demonstrando as realidades sociais. Eles são direcionadores de decisões de investimentos do governo, servem para avaliar as políticas públicas já definidas, monitorá-las ou realinhá-las.

Foi adotada a técnica de análise de conteúdo para comparar as normativas dos indicadores do TCU e do PNE (2014-2024). Ficou evidenciada a ausência de uma relação direta entre os indicadores do TCU e os indicadores das metas do PNE para o ensino superior. Esse aspecto foi ainda mais reforçado quando realizada uma análise mais minuciosa dos elementos que compõem a base de cálculo dos indicadores do TCU com os elementos que compõem a base dos indicadores do PNE. Somente dois elementos apresentaram similaridade. E, quando se ampliou a análise para com as estratégias das metas, identificou-se relação somente com quatro indicadores do TCU, o que correspondeu a 20% do total das 45 estratégias.

Conclui-se que os indicadores do TCU estão voltados mais para retratar os dados acadêmicos das respectivas universidades federais. Esse comportamento também foi identificado nos estudos de Quintana, Roza e Dameda (2011), que demonstraram que os indicadores de gestão do TCU estão mais voltados para os registros acadêmicos do que para a situação contábil e financeira da universidade que pesquisaram.

A lacuna identificada nesta pesquisa apontou para a necessidade de voltar a atenção para a análise do alcance das metas do PNE como política pública norteadora do sistema educacional brasileiro. Assim, com vista a fazer valer os esforços tanto dos profissionais que lutaram para instituir o PNE na forma de lei, como a importância das instituições públicas para seu cumprimento, este trabalho sugere a criação de dois novos indicadores: um indicador para apontar a "Contribuição para o alcance do PNE" para a educação superior e outro indicador, "Contribuição da instituição", voltado para a contribuição específica das universidades públicas para o alcance das metas.

Esta pesquisa buscou contribuir com as avaliações e auditorias do TCU no seu posto de órgão regulador; demonstrar o cumprimento da função social das universidades públicas; esclarecer que as escolhas públicas por parte dos gestores dessas instituições têm sido priorizar e manter o funcionamento para atender a sociedade e colaborar para o desenvolvimento econômico do país. Todavia, a redução de recursos financeiros torna-se um desafio para os gestores e traz preocupações com relação ao prazo até quando conseguirão manter as instituições de ensino públicas em funcionamento com a mesma qualidade nos serviços.

REFERÊNCIAS

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evally Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. Monitoramento e avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69767, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/46d73Yqp37FbZtFzdbCMrgL/?format=pdf&lang=pt. Data de acesso: 18 maio 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Almedina Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação—PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Data de acesso: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988 - Texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com 221 alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 23. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Data de acesso: 21 maio 2022.

COHEN, Maria de los Angeles Martinez, PAIXÃO, Adriano Nascimento & OLIVEIRA, Nilton Marques. Eficiência nas universidades federais brasileiras: uma aplicação da Análise Envoltória de Dados. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 22, n. 1, p. 133-149, 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/19016/12839 . Data de acesso: 28 dez. 2022.

FERRADAES, Augusto Gonçalves. **Uma síntese da importância dos indicadores para a avaliação da gestão pública.** Coletânea de Pós-Graduação - TCU, Brasília, v. 2, n. 1, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Education at a Glance 2021.** Destaques da OCDE para o Brasil. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/apresentacao_2021.pdf . Data de acesso: 14 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018.** v. 2. Brasília: Inep/MEC, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf . Data de acesso: 12 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília: Inep/MEC, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf . Data de acesso: 2 nov. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MELÔNIO, Antonio Marcos Corria; LUCAS, Vander Mendes. Análise de eficiência das IFES no uso de recursos financeiros: uma aplicação DEA em dois estágios. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 21, n. 55, p. 86-100, out. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-8077.2019v21n55p86 . Data de acesso: 9 jan. 2022.

MEYER JÚNIOR, Victor. **A busca da qualidade nas instituições universitárias.** Enfoque, v. 10, p. 18-21, 1993.

NUINTIN, Adriano Antonio. **Eficiência da aplicação de recursos públicos nas universidades federais.** 2014. 170f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/3155. Data de acesso: 13 fev. 2023.

QUINTANA, Alexandre Costa; ROZA, Mariana Costa da; DAMEDA, André das Neves. Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011, P. 1-16. Disponível em: http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos112011/67.pdf . Data de acesso: 2 nov. 2022.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas.** Coletânea, v. 1. Brasília: Enap, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003 . Data de acesso: 10 jan. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **TCU avalia indicadores de gestão e desempenho das universidades federais.** Brasília, 2022. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-indicadores-de-gestao-e-desempenho-das-universidades-federais.htm . Data de acesso: 28 fev. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria de natureza operacional.** Indicadores de gestão e desempenho das universidades federais. (Relatório de Auditoria TC 026.147/2020-3). Brasília, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 1.043, de 28 de junho de 2006. **Identificada a oportunidade de aprimoramento dos indicadores de desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília, 2006. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2006-06-28;1043 . Data de acesso: 14 abr. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Orientação para cálculo dos indicadores de gestão.** Decisão TCU n. 408 de 2002. Versão Março de 2004. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores.pdf. Data de acesso: 10 jan. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Lilian Tadim Marques
Doutora em Controladoria e Contabilidade, Pós-graduada em Perícia Judicial e Práticas Atuariais com Docência em Ensino Superior, Pós-graduada em Gestão de Escolas: Abordagem Administrativa e Pedagógica e Bacharel em Ciências Contábeis. Atualmente é Contadora e Coordenadora Substituta da Divisão de Contabilidade no Departamento de Contabilidade e Finanças da Pró-reitoria de Planejamento na UFMG.
E-mail: liliantmarques@yahoo.com

José Roberto de Souza Francisco
Professor Efetivo do Departamento de Ciências Contábeis e Controladoria Finanças da UFMG; Professor Efetivo do Mestrado/Doutorado em Ciências Contábeis do CEPCON/FACE/UFMG; Doutor em Finanças, CEPEAD/UFMG (2014) Capes 6; Mestrado Profissional em Administração pela FEAD-MINAS Centro de Gestão Empreendedora (2006); Especialização em Gestão do Cooperativismo pela Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo (2002); Aperfeiçoamento em Controladoria e Finanças pela UFMG (1998); Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva (1985).
E-mail: jroberto@face.ufmg.br

Diana Vaz de Lima
É professora e pesquisadora da Universidade de Brasília, com atuação no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA/UnB) e coordenadora dos cursos de mestrado e doutorado profissional em Administração Pública (PGAP/UnB). Contadora (AEUDF), mestre em administração (PPGA/UnB), doutora em ciências contábeis (UnB/UFPB/UFRN) e pós-doutorado em contabilidade e controladoria (FEARP/USP), com 30 anos de experiência no setor público. Ministra aulas, escreve livros e desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Padrões Contábeis Internacionais e Previdência Social. Ocupa a cadeira 34 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e é membro da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal. É Colíder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL) e membro do grupo de pesquisa associado ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). É membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM).
E-mail: diana_lima@unb.br

Rosimar de Fátima Oliveira
Professora Titular e ex-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Grupo de Pesquisa Política e Administração dos Sistemas Educacionais (GruPASE) e desenvolve pesquisas no campo da relação entre as políticas públicas de educação, as instituições políticas e os estudos legislativos. Organizou recentemente, em co-autoria, a coletânea intitulada "Política e Administração de Sistemas Educacionais: Gestão e Papel das Instituições".
E-mail: rosimarfoliveira@gmail.com

João Estevão Barbosa Neto
Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (2007), mestrado pelo Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (2011), Doutorado em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É integrante do GEPEC - Grupo de Estudos sobre Pesquisas e Educação Contábil UFMG e do Grupo de Pesquisa em Controladoria e Finanças - UNIFAL. Como experiência profissional atuou em empresas exercendo atividades administrativas, contábeis e fiscais e realiza consultorias na área de auditoria e controladoria. Tem atuado nas seguintes áreas temáticas: Ensino e Pesquisa em Contabilidade, Contabilidade e Gestão Pública e Contabilidade Societária.
E-mail: joaoestevaobn@face.ufmg.br

Bruno Lazzarotti Diniz Costa
Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais(1990), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais(1995) e doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais(2005). Atualmente é Pesquisador Pleno III do Fundação João Pinheiro (FJP), Membro de corpo editorial da Pensar BH. Política Social, Membro de corpo editorial da Perspectivas em Políticas Públicas, Membro de corpo editorial da O&S. Organizações & Sociedade, Revisor de periódico da Enanpad 2014, Revisor de periódico da Enapg 2014, Revisor de periódico da Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Revisor de periódico da Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, Revisor de periódico da Revista do Serviço Público e Revisor de periódico da Revista de Administração Pública (Impresso). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas. Atuando principalmente nos seguintes temas:FUNDEF, ensino fundamental, descentralização, equi, federalismo, desigualdade educacional.
E-mail: bruno.diniz@fjp.mg.gov.br

Recebido em: 25/06/2024
Aprovado em: 15/01/2025